



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
MINAS GERAIS

1 Ata da 232ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da
2 Criança e do Adolescente de Minas Gerais - CEDCA/MG, realizada de forma
3 regionalizada, no município de Paracatu - MG, sede da Câmara Municipal -
4 Praça JK, nº449, Centro, no dia 18 de novembro de 2010, com seu início às
5 10h. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Ananias Neves Ferreira
6 (Titular - Centro Voluntariado de Apoio ao Menor), Ana Luiza Paiva Pimenta da
7 Rocha (Suplente - SEDESE), Elaine Rocha Maciel (Suplente - Secretaria
8 Defesa Social), João Alves Crisóstomo (Titular - Associação Pingo de Luz),
9 Maria da Consolação Faria (Suplente - Instituto de Educação e Construção da
10 Cidadania - INECC), Maria Margareth Pereira (Titular - Providência Nossa
11 Senhora Conceição), Cláudia de Souza Barbosa Garcias (Titular - CRESS -
12 Conselho Regional de Serviço Social), Claudinei dos Santos Lima (Titular - Axé
13 Criança), Elias Oliveira Soares (Titular - Movimento Social Brasileiro Cidadania
14 Urgente), Silmônica Tocafundo (Titular - Sindicato dos Empregados em
15 Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais
16 - SINTIBREF/MG), Fernando Henrique Guimarães Resende (Suplente -
17 SEPLAG), Ricardo Luiz Amorim G. Foureaux (Titular - Polícia Militar/MG),
18 Luciano de Souza Lima (Suplente - Associação Movimento Cultural Negro de
19 Manhuaçu), Ivan Ferreira da Silva (Titular - SEDESE), José Ismar da Costa
20 (Suplente - Sindicato das Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas
21 do Estado de Minas Gerais - SINIBREF/MG). **Justificada a ausência:** Mariluce
22 Gelais Filogonio de Souza (Titular - UBEE - Crescendo), Ronaldo Araújo
23 Pedron (Titular - Secretaria de Defesa Social), Maressa da Silva Miranda
24 (Titular - SEDESE), Andréia Cristina Barreto (Titular - KNH - Brasil), Ricardo
25 Augusto Zadra (Titular - Secretaria de Estado Fazenda), Juliana Marques
26 Resende (Suplente - Sindicato dos Psicólogos/MG), Milton Henriques de
27 Oliveira (Suplente - Associação de Deficientes do Oeste de Minas - ADEFOM),
28 Maria Auxiliadora Sales Gonçalves (Suplente - Secretaria de Estado Fazenda),
29 Elizabeth Moreira dos Santos (Suplente - Associação Mineira de Reabilitação),
30 Clarice de Oliveira Borges Ferreira (Titular - SEPLAG), Olívia Fátima Braga
31 Melo (Titular - Polícia Civil), Andréia Aparecida Cunha Soares (Suplente -
32 Polícia Civil), Aleth Barone Costa (Suplente - SEDESE), Rosemary Leite Mattos
33 (Titular - Secretaria de Estado da Educação), Maria Aparecida dos Santos
34 Queiroz (Titular - Associação Papa João XXIII no Brasil), Paulo Oséas de
35 Carvalho (Suplente - Fundação Benjamin Guimarães/Hospital da Baleia),
36 Cleverson Natal de Oliveira (Suplente - PMMG). **Ausentes:** Gláucia Brandão
37 (Titular - Assembléia Legislativa), Fernando Coutinho Libânio (Titular -
38 Secretaria de Estado da Saúde), Dov Rosenmann (Suplente - Fundo Cristão
39 para Crianças), André Quintão (Suplente - Assembléia Legislativa de Minas

40 Gerais), Ricardo Antonio de Souza Freitas (Suplente - Projeto de Reintegração
41 Social - Proreis), Mirian Carla Cury (Suplente - Instituto Maria Glória
42 Pinheiro/Instituto Góia). **Convidados:** Rosival Mundim (Secretário Ação Social
43 Paracatu), Cintia Mendonça Botelho (CMDCA/Escola Municipal Gildete dos
44 Santos), João Batista Santos (Vereador Paracatu), Gleuton de Sá Guimarães
45 (Vereador Paracatu), Antonio Tolentino (Prefeitura Uruana de Minas), Maria
46 Fernandes Silva (Prefeitura de Uruana de Minas), Benedito Batista (Reginal
47 SEDESE), Joana D'arc Viana Oliveira (Conselho Tutelar Uruana de Minas),
48 Vanessa Arruda dos Santos (CRAS NSF Paracatu), Priscila Sousa Moreira
49 (CMDCA Paracatu), Domingas Maria Andrade Moreira (Secretaria Ação Social
50 de Paracatu), Maria das Dores C. A. Lousado (Presidente CMDCA/Gestora
51 Assistência Social Unai), Laudciere G. Nogueira (Conselho Mulher), Marina
52 Cunha (Conselho Mulher), Kátia Alberman (Conselho da Mulher), Junia
53 Santana (Câmara Municipal Paracatu), Marlon Gouveia Coimbra e Paulo
54 Afonso Torres (Gabinete Deputado Almir Paraca), Mauro Mundim Costa
55 (Central das Associações de Bairro de Paracatu), Elisa Regina Franco Ferreira
56 (APAE Paracatu), Adão Tadeu Silva (ABNEP), Francisco P. Silva Neto
57 (PMMG/Guarda Mirim), Roberto Mendonça (Prefeitura de Paracatu), José
58 Flávio Pimentel Barbosa (Pastoral do Menor), Isabel Cruz Randi (CMDCA
59 Unai), Jesue Araújo Mesquita (CMDCA/CREAS Paracatu), Ana Amélia Melo (SEDESE Regional Paracatu), Nara Lídice Carvalho (APAE Paracatu), Jorge
60 Alves Batista e Valdirene Alves de Lima (Conselho Tutelar João Pinheiro),
61 Lucilene a. Oliveira (Conselho Com. Segurança Pública), Gustavo Pereira
62 Araujo, Lucas Barros de Araújo, Kleisson Lopes dos Santos, Eliane Caixeta
63 Nunes Santos, Marcos Vieira Oliveira (Guarda Mirim Paracatu), Maria das
64 Dores Campos (Presidente CMDCA Unai), Rita D'rac Melgaço (Vice-presidente
65 CMDCA Unai), Mariella Moreira Souza (Conselho Tutelar Unai), Nara Rúbia
66 Botelho (Conselho Tutelar Paracatu), Vera Lúcia Campos (Prefeitura Paracatu),
67 Rafael Machado Silva (Regional SEDESE Paracatu), Leila Aparecida (não
68 identificou representação), Marina Barbosa Assunção (Conselho Tutelar - não
69 especificou o município), Rosimere Cristina Oliveira (CMDCA Presidente
70 Olegário), Heleusa Abadia Alves Fernandes (Ação Social Presidente Olegário),
71 Eduardo Moreira da Silva (Prof. UFMG - BH), Lucilene do Carmo Alves Oliveira
72 (CONSEP/Guarda Mirim). O **Presidente** do CEDCA/MG Ananias Neves
73 Ferreira abriu a sessão plenária regionalizada em Paracatu-MG
74 cumprimentando a todos e agradecendo aos convidados, Conselheiros, equipe
75 da Regional da SEDESE, da Câmara Municipal e Prefeitura, Presidente do
76 CMDCA e Conselho Tutelar de Paracatu, Secretaria Executiva do CEDCA/MG,
77 dentre outros. Em seguida chamou para compor a mesa de abertura as
78 seguintes autoridades locais: Sr. **Silvanio Araújo Matias** (Presidente do
79 CMDCA de Paracatu), Sra. **Nara Rúbia Botelho** (Vice-presidente do Conselho
80 Tutelar de Paracatu), Sra. **Ana Amélia Melo** (Regional da SEDESE), Dr. Paulo
81 Campos (Promotor de Justiça de Paracatu), Ricardo Amorim Foureaux
82 (Secretário Geral do CEDCA/MG). Todos ouviram o hino nacional e na
83

84 sequência foi solicitado ao Secretário Executivo do CEDCA/MG **Walter**
85 **Guedes e Silva** procedesse à chamada dos Conselheiros para que fosse
86 conferido o quórum. Feito isto e comprovada a presença de 14 Conselheiros,
87 Ananias Neves Ferreira, em cumprimento aos procedimentos regimentais,
88 chamou para tomar posse os seguintes Conselheiros recém nomeados:
89 **Silmônica Tocafundo** em substituição a Antonio Pereira Kbça da Silva,
90 Conselheiro titular pelo SINTIBREF; e **Claudinei dos Santos Lima** em
91 substituição a Welinton Carlos Alves, Conselheiro titular pela Entidade Axé
92 Criança. O **Presidente** saudou todos da mesa na pessoa do Promotor de
93 Justiça de Paracatu, Dr. Paulo Campos. Afirmou que para o CEDCA/MG estar
94 naquele município hoje, foi preciso que em tempos passados outros tivessem
95 que passar por experiências dolorosas, citando a luta pela substituição da
96 ordem jurídica autoritária pela Carta Constitucional de 1988, nascendo no
97 Brasil a doutrina da proteção integral e a proclamação dos direitos de crianças
98 e adolescentes, o direito à liberdade de se articular na defesa e promoção de
99 direitos. Depois da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi
100 criado o CEDCA/MG, pela Lei 10.501/91, sendo estabelecidos parâmetros para
101 esse órgão colegiado, formulador e deliberador de políticas públicas que
102 pudessem zelar pelos direitos de crianças e adolescentes em todos os níveis.
103 Ressaltou a importância de estarmos ali reunidos pela primeira vez em uma
104 sessão plenária regionalizada, elegendo a região noroeste do Estado sediada
105 em Paracatu para traçar parâmetros de atuação em defesa da infância,
106 ouvindo toda a comunidade da região. Falou que a infância em dias
107 contemporâneos está sofrendo por doenças sociais graves no vazio das
108 políticas públicas e a desigualdade social. Após essa exposição sobre as
109 transformações jurídicas que propiciaram os trabalhos hoje realizados pelo
110 CEDCA/MG em todo o Estado de Minas Gerais, o **Presidente** finalizou sua fala
111 ressaltando que a nossa presença certamente contribuirá para a superação
112 das deficiências e a conscientização do dever pela infância, ressaltando que
113 somos credores dessa infância e com o dever de protegê-la. A seguir passou a
114 palavra ao Promotor de Justiça, Dr. **Paulo Campos** que cumprimentou a todos
115 da mesa na pessoa do Presidente do CEDCA/MG e falou da satisfação em
116 receber os Conselheiros em Paracatu, com a presença dos demais municípios
117 da região. Relatou que os problemas de Paracatu para macrocultura regional
118 (noroeste de Minas) são bastante parecidos. Disse: “Não sei se eu consigo no
119 meu dia a dia corrigir essas necessidades mínimas da sociedade, mas certo é
120 que vivemos um dos momentos mais difíceis para a infância e a juventude”.
121 “Que há a cinco anos atrás tínhamos jovens praticando ato infracional e esses
122 jovens eram oriundos da pobreza material, ocorre que nós crescemos a essa
123 pobreza material a pobreza da família, do capital social, e tudo isso foi
124 redimensionado, principalmente, com a entrada do crack na região”. “Agora a
125 pobreza é da família com a perda dos valores e do capital social, tudo isto
126 relacionado com a redimensionamento do uso das drogas e o envolvimento
127 cada vez mais precoce dos adolescentes com os traficantes”. Relatou que hoje

128 as drogas realmente generalizaram o problema com a violência, pois, as
129 drogas não têm classe social, a classe média e alta também tem vivido esse
130 problema, e mesmo aqueles que têm uma condição econômica privilegiada
131 estão desesperados, mesmo tendo condições de pagar um tratamento, não há
132 na rede um local apropriado para fazer o tratamento. Sem uma política
133 integrada o poder público municipal não tem como atender à demanda de
134 combate às drogas. Ressaltou a importância de resolver esses problemas nas
135 regiões, uma vez que o custo é alto e fato de estar longe da família dificulta a
136 recuperação, pois, estando longe da família os adolescentes abandonam o
137 tratamento e voltam para as drogas. “O sistema penitenciário está lotado e
138 está aumentando crescentemente, pois, esses adolescentes têm um destino
139 certo (se não morrer), que é o sistema penitenciário”. Falou de um poder
140 judiciário que busca equilibrar o sistema de freios e contrapesos, de certa
141 forma até afrontando o sistema jurídico. Mas infelizmente, ressaltou: “de certa
142 forma podemos dizer que ser traficante nesse país é um grande negócio, o
143 adolescente não pode trabalhar, mas para o tráfico ele trabalha, e quando ele é
144 apreendido com pedras de crack que valem muito dinheiro diz que é tudo dele,
145 ou seja, o adolescente se tornou um instrumento do tráfico”. Terminou
146 lamentando essa situação tão grave em que se encontram os adolescentes e
147 agradecendo a gentileza do Presidente do CEDCA/MG e demais Conselheiros
148 por escolher essa região para a plenária regionalizada, justificando que não
149 poderia ficar para a parte da tarde e desejando a todos um bom trabalho. Na
150 sequência falou o representante do Prefeito que acabara de chegar **Roberto**
151 **Mendonça**. Disse que se sentia honrado em tratar de assunto da mais alta
152 relevância para o futuro das crianças e adolescentes. Agradeceu pela escolha
153 de Paracatu para a realização da 1ª plenária regionalizada do CEDCA/MG. Na
154 sequência **Silvanio Araújo Matias** Presidente do CMDCA falou em nome dos
155 Conselhos Municipais de Direitos da região, saudando os demais membros da
156 mesa na pessoa do Presidente, Ananias Neves Ferreira. Disse: “Como foi dito,
157 para nós é motivo de muita alegria receber essa plenária regionalizada, pois
158 assim todos poderão ter uma visão mais detalhada dos problemas vividos por
159 nossa cidade”. “Nós não estávamos preparados, como ainda não estamos,
160 dispendo dos recursos necessários para enfrentar os problemas de cunho
161 sociais que foram muito bem pontuados pelo Dr. Paulo Campos, Promotor da
162 nossa cidade”. Afirmou enquanto membro do CMDCA (na região noroeste),
163 que o que mais sente é a falta de um diagnóstico preciso que permitirá
164 enfrentar os principais problemas que assolam a infância e juventude. Relatou:
165 “Ontem conversávamos com um membro desse conselho para trazer para cá
166 um questionário para ser aplicado para conhecermos a realidade dos nossos
167 reais problemas”. Finalizou solicitando ao Presidente do CEDCA/MG, Ananias
168 Neves Ferreira que desse apoio para que o CMDCA de Paracatu e região
169 possam contar com uma equipe para aplicar tais questionários e sanar a
170 questão da falta de informação sobre o problema, possibilitando uma visão
171 mais clara para o enfrentamento de questões tão urgentes na defesa dos

172 direitos de crianças e adolescentes de sua região. Agradeceu a oportunidade e
173 desejou que Deus abençoe a todos. A seguir, a Sra. **Nara Rúbia Botelho**,
174 Vice-presidente do Conselho Tutelar de Paracatu informou que os demais
175 Conselheiros Tutelares estavam em um Seminário. Cumprimentou a todos na
176 pessoa do Sr Presidente do CEDCA/MG, convidando a todos para trabalhar no
177 sentido de que as propostas que surgirem aqui não fique apenas no papel,
178 pois, o participar de Seminários é muito bom, falar é muito bom, mas colocar
179 em prática é muito mais difícil. Aqui em Paracatu a situação do Conselho
180 Tutelar é muito difícil, pois, não há abrigos e a rede articulada para atendimento
181 às crianças e adolescentes em determinados casos. Ressaltou que o momento
182 é para aproveitar para nos unirmos e enfrentar os problemas. Na sequência
183 falou a Sra. Amélia Melo (SEDESE). Disse: “Estamos aqui representando a
184 Regional da SEDESE e é com muita alegria que nós acolhemos essa Plenária
185 regionalizada”. Destacou o encontro de ontem (Reunião Ampliada das
186 Comissões Temáticas), como muito importante, pois, foi o momento em que foi
187 enfatizada nas falas dos representantes dos municípios a necessidade de olhar
188 para essa política voltada às crianças e adolescentes com muito zelo (em um
189 país muito jovem), para que tenhamos uma visão mais ampliada para lidar com
190 o tema. Na oportunidade, disse que gostaria de ter uma visão melhor da
191 representação do Conselho Estadual, elogiando a iniciativa do CEDCA/MG em
192 ter vindo de tão longe em caravana para a região. Neste instante todos os
193 Conselheiros do CEDCA/MG se levantaram e se apresentaram aos
194 convidados. Pediu também que se apresentassem as pessoas vindas dos
195 Conselhos Municipais de Direitos, citando as representações de **Unaí, Guarda**
196 **Mor, Uruana de Minas, Presidente Olegário e Paracatu**, bem como, a equipe
197 da regional SEDESE, sendo destacada a presença de todos. Tendo finalizado
198 as falas, o Presidente do CEDCA/MG, **Ananias Neves Ferreira** passou a
199 palavra ao Professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG,
200 **Eduardo Moreira da Silva**, para palestra intitulada “Avanços e Desafios das
201 Políticas em Prol das Crianças e Adolescentes”. Eduardo Moreira da Silva
202 começou sua apresentação cumprimentando a todos e agradecendo a
203 oportunidade de falar sobre esta temática, objeto de seu estudo por muito
204 tempo na Universidade. Ressaltou o prazer em poder participar da 1ª plenária
205 regionalizada do CEDCA/MG, desejando que outras possam acontecer de
206 agora em diante, para que o CEDCA/MG possa enfrentar os sérios problemas
207 que assolam a infância e juventude no Estado, combatendo-os de forma
208 articulada e com eficácia. Falou da importância de Seminários de capacitação e
209 formação de técnicos e Conselheiros, ressaltando a palavra mágica:
210 intersectorialidade. Em seu entendimento o Estado pensa a intervenção de
211 forma fragmentada, sendo preciso juntar tudo e todos para atuar em conjunto,
212 esse é o grande desafio dos Conselhos. Em sua apresentação fez um resumo
213 (histórico) do movimento social, com a mobilização da sociedade, o advento da
214 Constituição de 1988, a mudança de paradigma face às políticas públicas, os
215 Conselhos de Direitos e Tutelares, e as potencialidades e constrangimentos

216 dessa nova abordagem participativa. A mobilização da sociedade passa pelas
217 transformações no regime e na formulação de políticas públicas e da
218 autonomia da sociedade civil. Destacou a importância de mobilizações sociais
219 como o “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua”. Reafirmou a
220 importância das duas instâncias cruciais para se assegurar o fortalecimento do
221 Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, que são os
222 Conselhos Municipais de Direitos e os Tutelares. Que a democracia no Brasil é
223 um bebê, somente depois dos anos 70, após o período ditatorial pudemos
224 compartilhar dessa mobilização e participação nos movimentos sociais, com a
225 liberdade democrática. A autonomia da sociedade civil floresceu e requisa as
226 transformações no regime de formulação das políticas públicas em quaisquer
227 áreas. A Carta Constitucional de 1988 traça uma combinação de mecanismos
228 de representação e de participação política, com instrumentos de participação
229 direta da população, e a primazia do cumprimento do artigo 227 (prioridade
230 absoluta na defesa de crianças e adolescentes), e o ECA que estabeleceu o
231 Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. Falou também
232 dos orçamentos participativos, Conselhos Gestores de Políticas, Conferências
233 para discussão de temas afetos à infância e juventude, audiências públicas
234 com o mesmo propósito, comitês de bacias e comissões de participação
235 popular. Falou também do que é essa mudança de paradigma, o que é política
236 pública, doutrina da proteção integral, políticas públicas transversais, crianças e
237 adolescentes como sujeitos de direitos, ato infracional e medidas
238 sócioeducativas. Detalhou o Sistema de Garantia de Direitos, o trabalho
239 desenvolvido pelos Conselhos Tutelares, eleitos pela sociedade para ser o
240 guardião do ECA, os Conselhos de Políticas Públicas, os Fundos para a
241 Infância e Adolescência, a formulação, acompanhamento da implementação e
242 avaliação das políticas públicas. Que Política Pública é basicamente o estado
243 em ação, uma definição bem simples para o desenvolvimento de serviços e
244 programas de atendimento à população. Explicou que o repasse de recursos
245 da União para Estados e Municípios está condicionado à existência e ao
246 funcionamento dos Conselhos. Na oportunidade repassou alguns dados
247 estatísticos como: em 2001 o IBGE identificou aproximadamente 33000
248 Conselhos de promoção de políticas públicas no País, na saúde em 98% dos
249 municípios, assistência social 93% dos municípios, criança e adolescente 77%
250 dos municípios, destacando esses dados como um referencial teórico e
251 analítico importantes para a compreensão da implementação das políticas
252 públicas. Em seguida fez um paralelo entre as diversas literaturas e estudos
253 nesta área com pesquisas comparativas, processos deliberativos em interação
254 com os mecanismos de representação, citando Soraya Côrtez, dentre outros.
255 Discorreu como os fóruns participativos afetam a formulação e implementação
256 das políticas públicas, e atualmente, funcionam como espaços públicos de
257 composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza
258 deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução de políticas públicas
259 setoriais. Já finalizando sua apresentação, passou dados acerca de pesquisa

260 feita nos Conselhos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, realizada em
261 25 municípios com 125 Conselhos Setoriais, sendo a maioria deles
262 deliberativa. A referida pesquisa poderá ser solicitada ao professor para
263 conhecimento em seu inteiro teor. Terminando sua exposição falou das
264 potencialidades e desafios, citando na discussão temas como função
265 pedagógica, emergência de cultura política e democrática, heterogeneidade e
266 pluralidade. Mecanismos que possibilitam transformar o capital social da
267 população brasileira em ações concretas, e a emergência de uma cultura
268 política democrática com inclusividade e maior participação popular.
269 Terminada essa palestra, o **Presidente** passou a palavra à Conselheira do
270 CEDCA/MG e Superintendente das Medidas Privativas de Liberdade da
271 Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócioeducativas - SUASE/SEDS,
272 **Elaine Rocha Maciel**. A Conselheira iniciou sua fala cumprimentando a todos
273 e falando da importância de estar aqui discutindo, in loco, temas ligados à
274 proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, no caso específico
275 das medidas sócioeducativas, os nossos adolescentes em conflito com a lei.
276 Ressaltou a relevância de em se trabalhar a prevenção, com ênfase nas
277 medidas protetivas, de forma a evitar que o adolescente venha a cometer ato
278 infracional. Informou da atribuição da Subsecretaria de Atendimento às
279 Medidas Sócioeducativas - SUASE, dentro da estrutura da Secretaria de
280 Defesa Social - SEDS. A SUASE promove a responsabilização do adolescente
281 em conflito com lei em consonância com os ditames do ECA e do SINASE. Há
282 ainda a prevalência de três grandes áreas de atuação/ políticas que são: as
283 medidas em meio aberto, as medidas de internação e internação provisória, e a
284 semiliberdade. Falou da importância em se estabelecer uma rede articulada
285 entre família e o poder público no cumprimento do princípio da proteção
286 integral. Discorreu sobre a diferenciação entre inimizabilidade e impunidade,
287 ressaltando que o ECA não veio tirar a responsabilidade dos adolescentes,
288 mas a responsabilização de acordo com a sua situação peculiar de
289 desenvolvimento. O adolescente é inimputável em relação ao código penal,
290 mas existe a resposta imediata ao cometimento do ato infracional no ECA,
291 sendo citada as seis medidas sócioeducativas constante em seu artigo 112,
292 são elas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços a
293 comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade,
294 internação em estabelecimento educacional. Na sequência falou do caráter de
295 excepcionalidade da medida de internação, que somente é aplicada quando
296 não houver outra mais adequada à gravidade do ato infracional cometido.
297 Falou da importância da articulação contínua com os municípios visando o
298 fomento das medidas sócioeducativas em meio aberto, os programas de
299 liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Citou dados de
300 pesquisa realizada em 2007, quando foi constatado que 49% dos municípios
301 não têm programa de prestação de serviços à comunidade implantados, e 65%
302 não possuem o programa de liberdade assistida. Informou ainda que existe 10
303 casas de semiliberdade, sendo 8 casas em Belo Horizonte e 2 casas no interior

304 (Juiz de Fora e Governador Valadares). Informou também que em Unaí
305 (município da regional noroeste) será construída uma unidade de internação
306 (Centro Sócioeducativo), e que o referido município possui convênio para
307 liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Falou que ordem de
308 serviço para o início das obras de construção para o Centro em Unaí está
309 prevista para sair até 20 de dezembro, e o tempo para construção da unidade é
310 cerca de um ano. Na oportunidade convidou todos os municípios presentes
311 para trabalhar em torno da implantação dessas duas medidas em meio aberto,
312 colocando a SUASE a disposição para quaisquer informações que se fizer
313 necessário. A SUASE fornece apoio com fomento de Seminários e
314 capacitações das equipes que trabalharão no programa, o convênio estabelece
315 uma parceria com as Prefeituras, que disponibiliza a equipe multidisciplinar que
316 atuará junto aos adolescentes. Discorreu sobre a responsabilidade de todos
317 nós na questão da saúde dos adolescentes, da necessidade da ampliação da
318 rede e o envolvimento de todos os atores sociais, família, escola, comunidade,
319 Conselhos etc. Que na falta de CAP's AD é preciso que se articulem outros
320 locais para tratar os adolescentes dependentes de drogas, não deixando as
321 medidas sócioeducativas como alternativa para esses casos. As medidas
322 sócioeducativas é responsabilização por cometimento de ato infracional e não
323 medida para tratamento de dependente químico. A internação é privação de
324 liberdade, um fim por si só ou só um meio?. Respondeu que é preciso
325 reinaugurar a relação com a liberdade como meio para alcançar um fim, a
326 responsabilização do adolescente, ofertando a ele atividades pedagógicas e
327 oficinas profissionalizantes nos Centros Sócioeducativos. O objetivo da medida
328 é ampliar a possibilidade de escolha, responsabilizando o adolescente e
329 reinaugurando sua idéia de liberdade. Informou que existe 19 unidades de
330 privação de liberdade, sendo 7 em Belo Horizonte, 1 na região metropolitana
331 de Belo Horizonte, 11 unidades no interior do Estado. Informou que os
332 municípios que apresentam demanda e ainda não possuem unidades, que são:
333 Patrocínio, Pirapora e Uberlândia. Falou em 2003 o Estado de Minas Gerais
334 oferecia 385 vagas de internação e hoje conta com a oferta de 1043 vagas.
335 Seguindo na sua apresentação falou do "Programa Se Liga", que se baseia em
336 um acompanhamento dos adolescentes pós medida sócioeducativa de
337 internação. O programa visa auxiliar o adolescente na construção de novas
338 oportunidades com cursos profissionalizantes e encaminhamento ao trabalho.
339 O técnico pode atuar na região em o adolescente reside local para onde
340 retornará após o cumprimento da medida sócioeducativa de internação e de
341 semiliberdade. O trabalho desses técnicos é ajudar o adolescente em sua
342 reinserção na comunidade, tendo como eixo a saúde e a família. Terminou sua
343 exposição agradecendo a oportunidade de tratar desse tema, se colocando a
344 disposição para responder a quaisquer dúvidas dos convidados presentes. Na
345 sequência o Presidente do CEDCA/MG abriu espaço para pergunta aos
346 palestrantes que foi utilizado pelos convidados de uma forma muito
347 participativa, debatendo sobre as questões como falta de estrutura dos

348 Conselhos Tutelares, falta de capacitação e formação de Conselheiros e
349 técnicos, as dificuldades enfrentadas pelas famílias dos adolescentes em
350 cumprimento de medida sócioeducativa privativa de liberdade fora de seu
351 domicílio, necessidade do fomento às medidas sócioeducativas em meio aberto
352 como alternativa a crescente demanda de construção de Centros
353 Sócioeducativos, também a inexistência de abrigos e desarticulação na rede de
354 saúde local para atendimento aos adolescentes em situação de dependência
355 química, dentre outros. Destacamos a participação do Promotor, **Dr. Paulo**
356 **Campos** que perguntou à Conselheira Elaine Rocha Maciel, o que a Secretaria
357 de Defesa Social entende por gravidade de ato infracional que leva de forma
358 direta à medida de internação. Qual a leitura que a SEDS faz desta questão
359 pontual?. Como a SEDS tem se preparado para receber a demanda oriunda do
360 tráfico no que se refere a vagas de internação?. **Elaine Rocha Maciel**
361 respondeu que a internação como todos tem conhecimento é aplicada pelo Juiz
362 quando a gravidade do ato a exige, ou seja, grave ameaça, ressaltando que o
363 ECA fala do caráter da excepcionalidade. Que normalmente acontece quando
364 o ato infracional é homicídio, latrocínio ou tráfico de drogas. O próprio Centro
365 Sócioeducativo de Unai é uma resposta à questão das vagas de internação na
366 região noroeste. Ressaltou novamente a importância do fomento às medidas
367 sócioeducativas em meio aberto, atendendo aos adolescentes com
368 cometimento de ato infracional leve e que devam ser privados de sua
369 liberdade. Neste instante, o Sr. José Flavio, coordenador da Pastoral de
370 Criança interveio para informar aos presentes que a CNBB em Brasília lançará
371 Campanha para incentivar a implantação dos programas de liberdade assistida
372 em todos os municípios, pois, segundo ele, é uma das melhores medidas para
373 se recuperar um adolescente. Intitulada “Liberdade Assistida que dá Certo”, a
374 Campanha acontecerá com recurso federal via convênio com a Pastoral do
375 Menor. Outras pessoas se manifestaram acerca desse assunto, também
376 apoiando a iniciativa e sugerindo ainda o fortalecimento dos Fundos
377 Municipais, que fortalecidos poderão atender Entidades que promovam o
378 atendimento e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em todos os
379 níveis. Defendendo a idéia de que não se consegue efetivar as políticas
380 públicas em defesa dos direitos de crianças e adolescentes e o cumprimento
381 do princípio da prioridade absoluta sem fortalecer os Fundos para a Infância e
382 Adolescência, com Campanhas de captação de recursos que serão utilizados
383 em propostas deliberadas pelos Conselhos de Direitos de acordo com a
384 demanda de cada localidade. Logo após a Conselheira **Cláudia Barbosa**
385 **Garcias** se manifestou dizendo que recursos existem, o que precisa é uma
386 intervenção no sentido de mostrar a prioridade para se trabalhar pela infância e
387 juventude. Informou que trabalha em Betim na área da saúde mental infanto
388 juvenil e presencia muita dificuldade no atendimento ao adolescente
389 dependente químico, e para mudar essa situação é necessária uma mudança
390 de concepção, defendendo a implantação dos CAP's AD e ADI específicos
391 para dependentes químicos, bem como o atendimento adequado às famílias

392 desses adolescentes. Falou que a grande dificuldade da implantação dessas
393 estruturas nos municípios é a existência de profissionais especializados para
394 atender crianças e adolescentes, além do custo do pagamento dessas pessoas
395 pelas Prefeituras e das condições de trabalho oferecidas. Já caminhando para
396 o encerramento dos trabalhos na parte da manhã, o Presidente do CEDCA/MG
397 **Ananias Neves Ferreira** falou que se sentia realizado com tudo o que
398 discutido até o momento e de poder contar com as representações no
399 município, citando os membros do poder legislativo, judiciário e do executivo
400 local. Ressaltou que todos estão no caminho certo para o começo da
401 construção de políticas públicas mais eficazes para a infância e adolescência.
402 Neste instante suspendeu os trabalhos durante o horário do almoço e
403 solicitando que todos retornassem por volta das 13h e 30min. Ao retornar na
404 parte da tarde, às 14h e 15min, **Ananias Neves Ferreira** abriu novamente a
405 sessão plenária convidando os vereadores de Paracatu **Gleuton de Sá**
406 **Guimarães, João Batista dos Santos e o** Vice-presidente da **Câmara**
407 **Municipal José Maria Moreira**, para compor a mesa. Logo em seguida passou
408 a palavra ao Conselheiro do CEDCA/MG e Coordenador Especial Política Pró
409 Criança e Adolescente - CEPCAD/SEDESE **Ivan Ferreira da Silva** para sua
410 apresentação. O Conselheiro cumprimentou a todos e manifestou sua
411 satisfação em poder dialogar de uma forma tão próxima com os representantes
412 do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes daquela
413 região, de forma a contribuir para o desenvolvimento de ações que venham
414 suprir o que está deficitário no Estado, em especial nesta parte de Minas
415 Gerais. Sua apresentação “Painel do SUAS” identificou municípios e apontou
416 serviços no âmbito da assistência social no municípios do noroeste do Estado,
417 são eles: **Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis,**
418 **Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Guarda Mor, João Pinheiro,**
419 **Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Presidente Olegário, São**
420 **Gonçalo do Abaeté, Unaí, Uruana de Minas, Varjão de Minas, Vazante.**
421 Lembrou um pouco o conteúdo das falas de ontem (reunião ampliada das
422 Comissões Temáticas) em que foram apontadas questões comuns aos
423 municípios e que necessitam de apoio do CEDCA/MG, como infraestrutura dos
424 Conselhos Tutelares, além de questões relacionadas à estrutura dos serviços
425 na assistência social relacionados a tratamento a uso abusivo de drogas.
426 Informou também que ontem sua apresentação foi sobre as ações
427 desenvolvidas pela CEPCAD/SEDESE no Estado, dentre outros. Voltando à
428 sua apresentação nesta plenária, Ivan Ferreira da Silva informou que a região
429 noroeste é menor em população e extensão territorial se comparada com
430 outras do Estado, mas os problemas certamente são semelhantes. Dos 19
431 municípios da região noroeste, 6 possuem CREAS (Centro de Referência
432 Especial de Assistência Social), responsável pelo atendimento especializado a
433 crianças e adolescentes em meio aberto e suas famílias, vítimas de violência.
434 Nem todos terão CREAS, pois, muitos municípios com até 3.000 a 5.000 não
435 se habilitam, contudo, isto não quer dizer que não há a necessidade da oferta

436 do referenciamento do serviço à população. O diagnóstico municipal apontará
437 para a demanda e a real necessidade de se ofertar determinado serviço
438 previsto no Sistema Único da Assistência Social - SUAS, pensando o serviço
439 como um referencial para atendimento especializado, e independente de se ter
440 ou não um CREAS no município. Já o CRAS (Centro de Referência da
441 Assistência Social) a maioria já possuem ou está em fase final de
442 implementação nos municípios. Na sequência falou do estudo feito pela
443 Subsecretaria de Direitos Humanos em que foram apontados indicadores
444 sociais, como o índice de garantia de direitos humanos. Ele apontou baseado
445 em tal estudo, quais cidades tem questões relacionadas com a garantia desses
446 direitos, que passam pela garantia ao pré-natal, defasagem da série escolar,
447 situação da mulher em relação a emprego, e outros diretamente relacionados a
448 área da criança e do adolescente. Assim de acordo com esses indicadores
449 informou que das 19 cidades da região noroeste, 4 tem baixa garantia de
450 direitos humanos, 10 tem média garantia de direitos humanos e 5 tem boa
451 garantia de direitos humanos. Percebe-se que é possível pensar em avanços
452 após estudo desses índices, possibilitado uma intervenção direta com ações
453 específicas. Falou um pouco da questão do mapeamento dos abrigos nos
454 municípios feito pela Fundação João Pinheiro e da relação do abrigamento com
455 a situação da violação de direitos, ressaltando que há alternativas para o
456 serviço de abrigamento que é a Família Acolhedora. Seguindo na
457 apresentação, informou que das 19 cidades, 5 tem PETI (Programa de
458 Erradicação do Trabalho Infantil), atendendo crianças de 6 a 15 anos, no
459 serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Em relação ao Pró-jovem
460 adolescente, dos 19 municípios 15 tem este serviço, é novo no Estado e está
461 em processo de implantação. Ressaltou a importância de fortalecer as
462 atividades de inserção comunitária do adolescente, trabalho educativo e
463 fortalecimento de vínculos. Logo após falou do CASI (Centro de Atenção Sócio
464 Infantil), ação desenvolvida pela SEDESE, duas cidades na região noroeste já
465 receberam recurso para investimento no CASI, recurso para construir unidades
466 de atendimento para fortalecer (de 6 a 15 anos), atividades coletivas e
467 esportivas, ofertadas de acordo com indicadores. Um desses indicadores é
468 fornecido pela Delegacia Regional do Trabalho, apontando a incidência de
469 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Continuou a discorrer
470 sobre outros serviços ofertados como o Programa Travessia e outros que as
471 pessoas poderão conhecer mais de perto e com mais detalhes acessando o
472 site da SEDESE. Todos estão no nível de gestão básica, a maioria na área da
473 gestão de assistência social, para receber incentivos e benefícios do SUAS.
474 Informou ainda que dos 19 municípios da região noroeste, 15 já receberam
475 capacitações voltada aos Conselheiros Tutelares. A previsão para 2011 é a
476 disponibilização de capacitação para os Conselhos via site da SEDESE, que
477 contará com a regional da SEDESE para fazer a mobilizar as pessoas a
478 participar. A Escola de Conselhos poderá ofertar cursos a distância, mas ainda
479 é um processo em construção. Dos 19 municípios 3 receberam veículo para o

480 Conselho Tutelar. O ideal era atender a todos, contudo, não há recurso no
481 momento. Falou que no ECA há artigo específico de medida de proteção, mas
482 muitos serviços elencados ao longo dessa exposição estão concentrados no
483 SUAS, assim sendo, os serviços estão no SUAS ofertados em cumprimento ao
484 ECA. Ressaltou a importância do fortalecimento desse sistema e a articulação
485 com os Conselhos Municipais de Direitos, apontando diretrizes na área da
486 criança e do adolescente. Tem que se pensar que a articulação deve ser feita
487 nos municípios também na área da assistência social. O CMDCA participa da
488 avaliação e monitoramento desses serviços ofertados no SUAS? Sim, é preciso
489 uma ação integrada, senão a infância vai ficar prejudicada. O que fazer para
490 avançarmos? Em seu entendimento, garantir programas e serviços na área da
491 criança e adolescente de forma sistemática. O Conselheiro **Ivan Ferreira da**
492 **Silva** informou que todos esses dados do Painel, está nas Secretarias de
493 Assistência Social dos municípios, ou pelo menos deveria estar, cabendo aos
494 CMDCA's as informações ligadas a questões da saúde, educação, esporte etc.
495 A disponibilização desses dados é importante para subsidiar o trabalho dos
496 Conselheiros na formulação de políticas públicas. O Conselheiro finalizou a
497 exposição agradecendo pela oportunidade e novamente sugerindo que as
498 pessoas acessem o site da SEDESE para obter mais informações. Sugeriu a
499 realização de diagnóstico regional com a perspectiva da organização, por parte
500 do CEDCA/MG, de uma proposta de fortalecimento do Sistema de Garantia na
501 região. No espaço destinado à discussão, foram abordados novamente temas
502 recorrentes como: a necessidade de realização de diagnóstico em Paracatu e
503 região para identificação mais precisa dos problemas específicos a cada uma
504 das localidades, a estruturação dos Conselhos de Direitos e Tutelares, atenção
505 a saúde de adolescentes com dependência química, atenção às famílias dos
506 adolescentes em cumprimento de medida privativa de liberdade longe do seu
507 município de origem para que possam visitá-los, fortalecimento dos Fundos
508 para a Infância e Adolescência e incidência no orçamento público. O
509 Presidente do CEDCA/MG **Ananias Neves Ferreira** defendeu a preocupação
510 em relação à publicação de Resoluções dos Fundos pelos Conselhos
511 Municipais, orientando quanto a aplicação dos recursos. Na oportunidade
512 colocou o CEDCA/MG a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas a esse
513 respeito, bem como a qualquer uma das temáticas tratadas nesta sessão
514 plenária. Defendeu a conscientização para uma concepção educacional mais
515 construtiva de uma política pautada na educação, onde nossas crianças,
516 adolescentes e jovens possam vencer na vida. O ECA estabelece a alocação
517 de recursos nas políticas públicas, mas é preciso garantir sua aplicação
518 mediante o trabalho árduo dos Conselhos de Direitos. Em seguida, o Secretário
519 Geral do CEDCA/MG, Conselheiro **Ricardo Amorim Foureaux** disse que no
520 trabalho realizado no Conselho nos deparamos com questões que nos chocam,
521 contudo, não são somente casos negativos, mas experiências exitosas e que
522 contribuem para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Relatou que
523 ao chegarem em Paracatu conheceu o trabalho da guarda mirim, que neste

524 caso, está estritamente dentro dos preceitos legais do ECA, com garantia de
525 direitos trabalhistas e tudo mais que exige a lei. Neste instante foi passada a
526 palavra à Sra. **Lucilene Alves de Oliveira** (Coordenadora da Guarda Mirim em
527 Paracatu), para falar sobre o programa desenvolvido em parceria com a Polícia
528 Militar. Lucilene fez relato breve sobre a situação de adolescentes a quem se
529 atribua autoria de atos Infracionais, cada vez mais numerosos no município. O
530 projeto nasceu em 2005 da articulação do subcomando da Polícia Militar com
531 os Conseps (Conselhos de Segurança Pública). Os adolescentes freqüentam o
532 projeto em horário contra-turno escolar, tirando os adolescentes das ruas e
533 dando-lhes uma oportunidade de se qualificarem e se prepararem para o
534 mercado de trabalho. A faixa etária atendida é de 13 a 16 anos, e a exigência é
535 de que estejam matriculados na escola pública. Falou da parceria com várias
536 empresas de Paracatu para empregar os adolescentes, pois, competir com a
537 rua é muito difícil, sendo preciso oferecer a eles conteúdos nos cursos
538 profissionalizantes que os atraia. Até o momento 200 foram atendidos e 70
539 estão no mercado de trabalho, conforme legislação vigente. Contamos com o
540 apoio da Polícia Militar na questão da responsabilidade e da disciplina, além de
541 conteúdos ambientais e de trânsito. O projeto é bem aceito pelos pais, pois, os
542 filhos deixaram de cometer atos infracionais e ficar nas ruas para se dedicarem
543 a atividades pedagógicas e de formação. Terminada essa exposição, o
544 Secretário Geral do CEDCA/MG **Ricardo Amorim Foureaux** agradeceu e
545 parabenizou os coordenadores da guarda mirim e à Polícia Militar no apoio a
546 tão exitosa proposta voltada a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.
547 A seguir, o Presidente **Ananias Neves Ferreira** retomou a palavra para as
548 considerações finais, encerramento da sessão plenária e encaminhamentos.
549 Disse que o CEDCA/MG veio até essa região para conhecer o que está sendo
550 desenvolvido para a infância e adolescência e os problemas enfrentados,
551 oferecendo apoio nessa caminhada. **Encaminhamentos:** **1.** Discutir a
552 viabilização da realização de um diagnóstico da situação da criança e do
553 adolescente em Paracatu e demais municípios da região noroeste com o apoio
554 do CEDCA/MG. **2.** Construir juntos mecanismos que possibilitem uma
555 aproximação das famílias com os adolescentes em cumprimento de medida
556 sócioeducativa privativa de liberdade nos Centros Sócioeducativos. Uma
557 parceria entre família e gestores com o compartilhamento de informações. **3.**
558 Qualificação de Conselheiros de Direitos e Tutelares e membros comunitários
559 envolvidos direta ou indiretamente na defesa dos direitos de crianças e
560 adolescentes com o apoio do CEDCA/MG. O Presidente do CEDCA/MG
561 **Ananias Neves Ferreira** agradeceu a todos e encerrou a sessão plenária às
562 16h e 20min, sendo lavrada a presente ata que aprovada é assinada pelos
563 Conselheiros presentes à reunião.

564 Belo Horizonte, 25 de novembro de 2010